



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADA: Maria do Socorro Limeira de Sousa		UF: SP
ASSUNTO: Reexame do Parecer CNE/CES nº 420, de 3 de julho de 2024, que tratou da convalidação de estudos realizados no curso técnico em Transações Imobiliárias, ministrado pelo Instituto Monitor, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.		
RELATORA: Monica Sapucaia Machado		
PROCESSO Nº: 23001.000391/2024-33		
PARECER CNE/CES Nº: 567/2025	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 3/9/2025

I – RELATÓRIO

Cuida-se de reexame do Parecer CNE/CES nº 420, de 3 de julho de 2024, que indeferiu o pedido de convalidação de estudos formulado por Maria do Socorro Limeira de Sousa, relativamente ao curso técnico em Transações Imobiliárias, ministrado pelo Instituto Monitor, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.

O processo foi inicialmente encaminhado para homologação ministerial por meio do Ofício nº 234/2024/CGAC/SE/CNE-MEC, a Consultoria Jurídica do Ministério da Educação – Conjur/MEC emitiu o Parecer nº 00020/2025, de 13 de janeiro de 2025, com sugestão de homologação do Parecer CNE/CES nº 420, de 3 de julho de 2024; a minuta de despacho ministerial registra, com fundamento no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, a homologação do parecer colegiado desfavorável.

Sobreveio, entretanto, determinação do Gabinete do Ministro, por meio do Ofício nº 1.766/2025/ASTEC/GM/GM-MEC, de 10 de abril de 2025 para reanálise prévia pela Conjur/MEC, em face de consulta paralela nos autos do Processo nº 23123.007084/2024-05, atinente à uniformização do tratamento de requerimentos de convalidação de estudos perante o Conselho Nacional de Educação – CNE. Em resposta, a Conjur/MEC emitiu o Parecer nº 00412/2025 e, no processo de consulta, firmou o Parecer nº 00297/2025, aprovado pelos Despachos nº 00811 e nº 00827/2025, consolidando orientações jurídicas para uniformizar o tema.

O Parecer da Conjur/MEC reforça que compete exclusivamente à instituição de ensino expedir diplomas e que não há base normativa expressa que atribua à União ou ao CNE competência para deliberar, em caráter originário, sobre pedidos administrativos de convalidação; que, não obstante, é recomendável resguardar a validade dos atos já praticados e concluir os processos pendentes de decisão final, evitando-se a aplicação retroativa de nova orientação, por força do princípio da segurança jurídica; e que o Parecer CNE/CES nº 23, de 10 de julho de 1996, embora formalmente não revogado, não encontra amparo na atual estrutura regimental do MEC, sendo oportuna sua revogação expressa, com ampla divulgação.

Os autos trazem, ainda, a instrução da interessada, por meio de petição e formulário, relatando que cursou o Ensino Médio em 2010, com certificado emitido pelo Instituto Latino de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (posteriormente cassado), e que, em 2023/2024, concluiu o curso técnico em Transações Imobiliárias no Instituto Monitor, obtendo aprovação nas disciplinas, mas tendo sido obstada a expedição do diploma em razão da controvérsia sobre a comprovação de escolaridade prévia.

A documentação acostada inclui o histórico acadêmico expedido pelo Instituto Monitor, evidenciando aprovação em componentes curriculares e estágio supervisionado.

Registre-se, por fim, que os autos contêm referências que, por erro material em peças intermediárias, ora qualificam o curso como “técnico” do Instituto Monitor, ora como “curso superior tecnológico” da Faculdade IMESP Monitor; a aderência documental e os pedidos reiterados da requerente indicam tratar-se, na substância, do curso técnico em Transações Imobiliárias do Instituto Monitor.

É o relatório.

Considerações da Relatora

O reexame devolvido a esta Câmara impõe analisar, de modo conjugado, o mérito do caso concreto e a superveniente uniformização do tratamento jurídico do tema, à luz do arcabouço normativo vigente e das orientações consultivas firmadas pela Conjur/MEC.

No plano das competências, o art. 2º e o art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, bem como o art. 18, §§ 2º e 3º, do Regimento do CNE, alocam ao Conselho funções normativa, deliberativa e de assessoramento, sem, todavia, substituir as atribuições próprias das instituições de ensino, inclusive a de expedir diplomas.

Essa leitura converge com a diretriz da Conjur/MEC no sentido de que não há atribuição legal para que União ou CNE julguem, originariamente, pedidos administrativos de convalidação, cabendo às instituições responsivas a adoção dos atos acadêmicos. Entretanto, nos processos já instaurados e em curso, prevalece o dever de estabilidade das decisões administrativas, resguardando-se a proteção da segurança jurídica, com a conclusão dos feitos pendentes sob o regime jurídico aplicável quando de sua propositura.

No plano material, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB) estabelece princípios e diretrizes para a educação básica e profissional. Os arts. 36, 36-B e 36-D tratam da organização do ensino médio e da educação profissional técnica, vinculando formação geral e preparação para o trabalho; o art. 38 prevê a educação de jovens e adultos e mecanismos de certificação.

Esses dispositivos, lidos com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e dignidade da pessoa humana, orientam soluções que evitem punições desproporcionais a estudantes que cursaram regularmente formação técnica, com frequência e avaliação, mas se veem impedidos de receber o título por fatos supervenientes alheios à sua vontade e ligados a terceiros, no presente caso, instituição intermediária posteriormente cassada. Desse modo, a convalidação, como medida excepcional e de justiça administrativa, harmoniza-se com a finalidade pública de proteção a trajetórias educacionais efetivamente cursadas.

Por essa razão, a diretriz uniformizadora deve ser prestigiada por esta Câmara no âmbito deste reexame, como medida de coerência institucional e segurança jurídica, especialmente quando, como aqui, se constata, nos autos, histórico escolar robusto e

aprovação em todos os componentes do curso técnico, inclusive estágio supervisionado em período recente.

Reputo, ademais, que a solução ora proposta não confere validade a certificado de ensino médio posteriormente declarado inválido por autoridade competente, nem afasta a competência do órgão próprio de certificação; a convalidação alcança, de modo específico e limitado, os estudos técnicos efetivamente realizados no Instituto Monitor, para fins de expedição do correspondente diploma pela instituição, preservando-se, quanto ao ensino médio, as vias regulares de regularização acadêmica (inclusive EJA e exames de certificação, conforme art. 38 da LDB). Cuida-se, portanto, de medida concreta de tutela da confiança legítima, com efeitos *ex nunc*, ajustada à orientação uniformizadora da Conjur/MEC e à finalidade pública da educação profissional.

Considerada a deliberação originária desfavorável; a superveniência de orientação consultiva voltada à uniformização e à conclusão de processos pendentes; e a comprovação do percurso formativo no curso técnico de Transações Imobiliárias, é medida juridicamente adequada e proporcional a reforma do Parecer CNE/CES nº 420, de 3 de julho de 2024, para, excepcionalmente, conceder a convalidação pleiteada, como ato de resguardo jurídico-administrativo no caso concreto.

II – VOTO DA RELATORA

Voto, em sede de reexame, pela reforma do Parecer CNE/CES nº 420, de 3 de julho de 2024, e manifesto-me favorável à convalidação dos estudos realizados por Maria do Socorro Limeira de Sousa, no curso técnico em Transações Imobiliárias, nos períodos de 2023.1; 2023.2; e 2024.1, ministrado pelo Instituto Monitor, com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo.

Brasília-DF, 3 de setembro de 2025.

Conselheira Monica Sapucaia Machado – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente